

CONCURSO PÚBLICO
C. S. J. DO EGITO (PE) - GRUPO 2



TÉCNICO EM CONTABILIDADE



100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens que se seguem.

01. Ao elaborar seu Plano Plurianual (PPA), um município produz um documento que inclui avaliação da situação atual e perspectivas para a ação municipal, orientação estratégica com macroobjetivos, critérios de projeção de receita e considerações sobre restrições legais. O Projeto de Lei do PPA aborda o período coberto, legislação aplicável, conteúdo essencial, possíveis ajustes nos programas, procedimentos para alterações nas ações, avaliação regular, prazo de envio à Câmara de Vereadores e revisão periódica do Plano.
02. Recursos de tributos recebidos antecipadamente são reconhecidos como ativo e passivo, pois a entidade ainda não tem direito aos tributos devido ao evento tributável não ter ocorrido. O passivo é registrado até a ocorrência do evento tributável, momento em que o passivo é baixado e a receita é reconhecida, seguindo as diretrizes das Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público.
03. Para serem considerados circulantes, os ativos precisam estar prontamente disponíveis para conversão em dinheiro ou ter uma expectativa firme de realização em até doze meses. Ativos que não atendem a esses critérios são classificados como não circulantes, exigindo uma análise mais detalhada para determinar sua realização em longo prazo.
04. No contexto da gestão municipal, a Reserva de Contingência e a Reserva do Regime Próprio de Previdência Social são identificadas com o código "9.9.99.99.99" e são destinadas a lidar com passivos incertos, riscos e eventos fiscais inesperados. Essas reservas só podem ser utilizadas diretamente para despesas previstas e regulamentadas para tal, servindo também como fonte de recursos para abrir créditos adicionais, por meio dos quais as despesas reais são realizadas e classificadas nos grupos apropriados, auxiliando na gestão financeira municipal em situações imprevistas.
05. É passível de pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, quem ordenar ou autorizar a assunção de obrigação, nos dois últimos quadrimestres do último ano do mandato ou legislatura, cuja despesa não possa ser paga no mesmo exercício financeiro ou, caso reste parcela a ser paga no exercício seguinte, que não tenha contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa.
06. Violar normas ao liberar recursos de parcerias público-privadas ou influenciar de forma inadequada para sua aplicação irregular constitui um ato de improbidade administrativa que acarreta prejuízo aos cofres públicos.
07. No contexto do ciclo orçamentário municipal, a primeira etapa, denominada planejamento orçamentário e liderada pelo Poder Executivo local, constitui uma fase crucial que engloba diversas atividades complexas, tais como a estimativa de receita, identificação de problemas, formulação de alternativas, tomada de decisões, definição de metas e quantificação de custos.
08. As receitas devem ser quantificadas, de forma exclusiva, com base no montante justo da contraprestação que se espera receber no futuro, levando em consideração o valor justo das trocas de valores em um contexto de negociação entre partes independentes e conhecedoras do mercado, visando refletir com precisão o valor econômico envolvido na transação, conforme especifica a NBC TSP 02.
09. O controle social, exercido pela sociedade civil organizada, não se restringe a si mesmo, mas atua de forma complementar ao controle oficial, concorrendo em termos de eficácia e implementação. Para validar suas descobertas sobre irregularidades governamentais, o controle social requer a articulação das organizações da sociedade civil para assegurar a correção das deficiências identificadas junto ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público. Embora o controle social tenha predominância, não exclui os outros controles, especialmente o oficial.

10. Durante a elaboração de uma proposta de Lei Orçamentária Anual, para estimar a despesa anual com pessoal, pode-se utilizar a fórmula $(Y + Z) * 13,33 * (CM / 1) * (1 + VR)$, onde Y é o valor da folha de pagamento de um mês específico, Z são despesas adicionais previstas, 13,33 anualiza despesas considerando 13º salário e férias, CM é o índice de revisão salarial anual e VR é o aumento real de salários. Recomenda-se incluir 2% a 3% para crescimento vegetativo.
11. Com relação à responsabilidade na gestão fiscal, nenhum benefício ou serviço da seguridade social pode ser criado, aumentado ou estendido sem indicar a fonte total de financiamento, sendo a compensação necessária para despesas decorrentes de concessão de benefícios para quem atende aos critérios, expansão dos serviços, ou reajuste para manter o valor real.
12. O balanço financeiro de uma entidade pública, ao ser elaborado pela equipe contábil municipal, sintetiza a dinâmica financeira ao detalhar as entradas e saídas de recursos, tanto as programadas (receitas e despesas orçamentárias) quanto as não programadas (ingressos, dispêndios e transferências), além de evidenciar os saldos de caixa de um período para outro.
13. No cotidiano de um técnico de contabilidade que atua no administrativo de uma prefeitura, as operações intraorçamentárias são percebidas como aquelas em que os gastos realizados entre diferentes fundações municipais, como a aquisição de materiais de um almoxarifado interno, sendo considerados transações intraorçamentárias. Essa distinção é essencial para a correta contabilização das transações e para garantir a conformidade com as normas contábeis e orçamentárias na gestão dos recursos públicos.
14. É assegurada a realização de despesas eximidas da autorização normativa de crédito orçamentário adequado e sem empenho prévio, estando o gasto que postergue essas regras deverá ser registrado pelo órgão contábil. Em casos de urgência definidos pela legislação, o empenho pode ser feito no momento da execução da despesa, conforme especifica o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.
15. Na classificação funcional (programática) do orçamento público, a identificação precisa do destino dos gastos não é possível, já que essa classificação se concentra em determinar a área de atuação governamental em que a despesa será realizada, auxiliando na consolidação dos gastos do setor público em âmbito nacional. A função é representada por cinco dígitos, sendo os dois primeiros mais abrangentes, enquanto os três últimos indicam a subfunção, detalhando um subconjunto específico de despesas.
16. A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as mudanças no patrimônio de uma entidade, mostrando o resultado patrimonial do período ao comparar as alterações quantitativas positivas e negativas. Diferentemente da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) no setor privado, a DVP no setor público não avalia o desempenho com base no lucro, mas sim como um indicador das mudanças nos elementos patrimoniais causadas pelos serviços públicos prestados.
17. Na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a equipe deverá avaliar os programas prioritários e definir metas fiscais. As diretrizes da LDO guiam a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), enviada à Câmara Municipal conforme prazos legais. A Lei de Responsabilidade Fiscal enfatiza transparência e participação popular por meio de audiências públicas na definição das prioridades e metas fiscais da LOA.
18. Ao conceder ou ampliar benefícios fiscais que reduzam a receita, é necessário que o Governo preveja e mostre como isso afetará o orçamento nos próximos três anos, seguindo as diretrizes orçamentárias. Além disso, deve-se provar que a renúncia já estava prevista no orçamento e não afetará as metas fiscais, ou então apresentar medidas para compensar essa perda de receita, como aumentar impostos ou criar novas taxas.
19. Cumpridos os devidos trâmites de um processo administrativo, as sanções, a serem impostas por uma autoridade competente, devem incluir elementos financeiros ou demandar ações específicas a serem realizadas ou evitadas, desde que sejam seguidos os procedimentos corretos e atendidos os requisitos legais, sob a supervisão de um comitê externo devidamente constituído para tal.
20. Livros e materiais bibliográficos são considerados materiais permanentes se durarem mais de dois anos e não forem quebradiços, perecíveis ou incorporáveis. Apesar de classificados como materiais de consumo no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, os livros adquiridos para bibliotecas públicas devem ser tratados como materiais permanentes no controle de bens patrimoniais.
21. No reconhecimento inicial de um passivo, é essencial estimar com precisão o valor necessário para quitar a obrigação na data das demonstrações contábeis, considerando os riscos e incertezas envolvidos. Em situações em que o valor temporal do dinheiro é relevante, o passivo deve ser mensurado pelo seu valor presente, representando a quantia esperada para liquidar a obrigação no futuro, conforme especifica a NBC TSP 01.
22. No contexto fiscal de um município de porte médio, a mensuração é o processo de estimar os valores a serem usados para reconhecer e apresentar os elementos contábeis vindouros. Seu propósito é escolher bases que representem de forma aproximada os custos, a capacidade operacional e financeira da entidade, para auxiliar na previsão de contas, accountability e tomada de decisões.
23. No contexto da contabilidade municipal, ao se tratar de receita orçamentária por baixa de dívida ativa inscrita, o recebimento da dívida ativa gera receita no orçamento e reduz o valor da dívida registrada no ativo, sendo que as formas de recebimento, como em dinheiro ou em bens, são especificadas por legislação que verse sobre tal. Nesses casos, é essencial que a administração garanta a destinação correta dos recursos recebidos da dívida ativa, inclusive quando em forma de bens, de acordo com a legislação vigente.

24. Para lançamentos relativos à receita de transação com contraprestação, conforme norma específica de contabilidade do setor público, quando a conclusão da transação envolvendo a prestação de serviços não puder ser estimada confiavelmente, a receita deve ser reconhecida considerando a boa fé e a tradição de mercado do prestador.
25. O acesso aos dados do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira) pode ser feito por meio do sistema Tesouro Gerencial, uma ferramenta analítica do Tesouro Nacional que consolida informações orçamentárias e financeiras, junto com dados do SIAPE. Para utilizar o TG, é necessário ter acesso habilitado em um perfil específico, que é concedido pelo cadastrador da unidade.
26. Na descentralização, a internalização ocorre dentro do mesmo órgão, enquanto a externalização envolve unidades de órgãos ou entidades distintas. As dotações são alocadas obrigatoriamente para os objetivos do programa de trabalho, com execução da despesa delegada a outro órgão, guardando similaridades com transferências e transposições, pois não alteram a programação nem a titularidade da unidade orçamentária responsável pelo crédito.
27. Em um município, ao final do ano financeiro, as despesas que foram legalmente comprometidas mas não pagas até 31 de dezembro são classificadas como Restos a Pagar. Despesas de anos anteriores com créditos disponíveis, Restos a Pagar com prescrição interrompida e compromissos reconhecidos após o fechamento do exercício podem ser quitados com dotação específica no orçamento, seguindo a ordem cronológica sempre que possível. Despesas canceladas retornam à dotação e são tratadas como receita do ano em que ocorreu o cancelamento.
28. Entre as responsabilidades relativas aos lançamentos quando se trata do setor público, os restos a pagar, as despesas empenhadas, quando não são pagas até o início do recesso administrativo do segundo semestre do exercício vigente, sendo classificados em processados (já liquidados) e não processados (a liquidar). O controle dessas despesas não continua no próximo exercício em contas específicas, e não há necessidade de informações de inscrição, execução e cancelamento.
29. Na execução da despesa orçamentária das rescisões contratuais, é importante registrar nas contas de natureza orçamentária, refletindo de forma não adequada às baixas dos saldos das contas patrimoniais relacionadas às obrigações com 13º salário, férias, encargos e adiantamentos. Caso as baixas de natureza patrimonial ocorram, de forma exclusiva, nos procedimentos de execução orçamentária, é necessário registrá-las para evidenciar a nova composição das obrigações a pagar conforme os relatórios do sistema de administração de pessoal.
30. Divulgar informações sigilosas ou confidenciais, que devem ser mantidas em segredo devido às responsabilidades do cargo, visando obter vantagens indevidas ou prejudicando a segurança da sociedade e do Estado, configura um ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
31. A autoridade máxima do órgão público deve promover a gestão por competências, designando agentes públicos para funções relacionadas a licitações e contratos. Esses agentes devem preferencialmente ser servidores efetivos, ter formação adequada ou certificação profissional, e não possuir vínculos de natureza técnica, comercial ou econômica com licitantes ou contratados da Administração.
32. É reservada àqueles dotados de atribuições extraordinárias e prerrogativas singulares a possibilidade de notificar as instâncias apropriadas visando ao início de um procedimento de averiguação destinado a apurar a eventual prática de condutas de probidade controversa por parte de servidores públicos.
33. Os procedimentos auxiliares das licitações e contratações incluem o credenciamento, a pré-qualificação, o procedimento de manifestação de interesse, o convite, o sistema de registro de preços e o registro cadastral, conforme especifica o Art. 78 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
34. A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) referente ao setor público não difere da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), do privado, respectivamente pois não se limitam a avaliar lucros ou prejuízos, não sendo um mero indicador de desempenho, mas sim um reflexo das transformações quantitativas nos elementos patrimoniais causadas pela prestação dos serviços, apenas especificando-se a aplicabilidade nos casos distintos: DVP para público, DRE para privado.
35. A alocação de recursos e a definição de programas no Plano Plurianual não se revelam como fatores determinantes para assegurar a responsabilidade fiscal das Prefeituras, uma vez que a execução orçamentária pode ser realizada de maneira independente, sem a necessidade de considerar o planejamento de longo prazo como elemento crucial para a gestão fiscal responsável.
36. Os tribunais de contas são responsáveis por aplicar sanções pessoais no contexto da responsabilidade financeira relativa à Lei de Responsabilidade Fiscal. O poder de punição é concedido ao TCU e, por simetria, aos tribunais de contas subnacionais, conforme o artigo 71, inciso VIII, da Constituição Federal, sendo que as multas impostas pelos tribunais de contas na responsabilização financeira se dividem em três categorias: multa proporcional ao prejuízo causado, multa de até 30% dos vencimentos anuais e multa simples.
37. As fragilidades de baixo impacto nas áreas de apoio político, estrutura administrativa e capacidade técnica dos servidores municipais não impactam significativamente a capacidade do governo municipal de conduzir um processo de mudança eficaz, pois o planejamento pode compensar essas deficiências através da alocação de recursos para capacitação e reestruturação, sem necessidade de considerar as restrições financeiras e orçamentárias de forma prioritária.

38. Despesas de exercícios anteriores em uma prefeitura incluem gastos que não foram processados no momento correto, empenhos anulados que foram posteriormente cumpridos, restos a pagar com prescrição interrompida e compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício. Essas despesas representam obrigações financeiras de períodos anteriores que precisam ser tratadas e contabilizadas adequadamente no contexto orçamentário municipal.
39. Os serviços web do Siafi são configurados para autenticação por meio de certificados digitais, os quais incluem chaves criptográficas para assegurar a identidade e a segurança da comunicação, do tipo e-CNPJ ou e-CPF. Emitidos por autoridades certificadoras, esses certificados garantem integridade e confidencialidade dos dados, proporcionando camadas extras de proteção e autenticidade do usuário nos serviços web do Siafi, por meio de protocolos de segurança estabelecidos.
40. A normativa sobre responsabilidade fiscal veda as operações de crédito entre entes federativos, direta ou indiretamente, mesmo que envolvam novação, refinanciamento ou postergação de dívidas anteriores. A distinção entre a legalidade da operação e do registro contábil é crucial, pois a contabilização inadequada pode legitimar transações prejudiciais sem revelar claramente seu impacto no patrimônio público. Assim, ao surgir uma obrigação de pagamento, o passivo correspondente deve ser registrado, embora as responsabilidades pela infração da lei não sejam automaticamente atribuídas.
41. Profissionais que atuam como cooperativa podem concorrer em processos licitatórios desde que a cooperativa demonstre seu funcionamento em regime cooperado, com a devida divisão das receitas e despesas entre os cooperados.
42. No orçamento programa, a classificação orçamentária define funções, programas e subdivisões para cada unidade administrativa. O orçamento por realizações requer ferramentas mais avançadas, como custos unitários e padrões de desempenho. A medição do trabalho física e financeiramente exige unidades bem definidas. Recomenda-se que países em desenvolvimento priorizem a formulação de programas e estabeleçam padrões claros para funções organizacionais.
43. O Plano Plurianual (PPA) é composto por uma Base Estratégica, que avalia a situação atual e define a orientação estratégica do governo, e por Programas, que são instrumentos para abordar problemas e atender demandas da sociedade. Os Programas podem ser finalísticos, oferecendo bens ou serviços à população, ou de apoio administrativo, cobrindo despesas administrativas que contribuem para os objetivos dos programas finais.
44. O valor venal, usado em municípios para calcular impostos sobre propriedade territorial urbana, é uma referência para o valor de mercado de um ativo em uma transação entre partes independentes e bem informadas. Ele também é chamado de fair value, e representa o montante que seria acordado em uma negociação idealizada entre entidades com conhecimento completo e sem influências externas, sendo crucial para a avaliação precisa de ativos e passivos.
45. O planejamento estratégico público difere significativamente do privado devido a características intrínsecas da gestão pública, que demanda técnicas e metodologias específicas. As estruturas de liderança, normas, procedimentos e legislações são substancialmente distintas entre os setores, afetando a forma de ingresso e gestão de pessoas, como avaliações de desempenho, progressão de carreira, incentivos financeiros e processos de demissão, influenciando assim o processo estratégico.
46. As despesas governamentais seguem um quadro detalhado divulgado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República antes do início do exercício financeiro, com possibilidade de ajustes até 10 de novembro e modificações automáticas em caso de abertura de crédito adicional. Dotações globais para investimentos especiais requerem plano de aplicação aprovado e publicado no Diário Oficial da União, sendo destinadas apenas a projetos ou atividades novas e únicas, conforme definido pelo Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.
47. A Lei Orçamentária Anual (LOA) deve ser congruente com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), garantindo a coerência entre o planejamento de longo prazo e a execução anual. As estratégias do PPA são traduzidas em programas de trabalho específicos na LOA pelos órgãos setoriais. Além disso, a LOA deve obedecer aos princípios orçamentários básicos, como universalidade, anualidade, unidade orçamentária, exclusividade e equilíbrio, fundamentais para a gestão financeira pública eficiente.
48. Os ciclos orçamentários são uma série de etapas repetidas em intervalos fixos, envolvendo o planejamento, aprovação e execução do orçamento, seguido pela avaliação dos resultados. É importante distinguir o ciclo orçamentário do exercício financeiro, que corresponde à fase de implementação do orçamento. O exercício financeiro vai de 1º de janeiro a 31 de dezembro, enquanto que a avaliação da execução e prestação de contas ocorrem de forma concomitante ao referido calendário.
49. O descumprimento das diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal pode acarretar sanções institucionais que impactam diretamente o ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias, a proibição de contrair empréstimos e a impossibilidade de obter garantias para operações de crédito. Essas penalidades são aplicadas quando há falhas no cumprimento da competência tributária, excesso de gastos com pessoal ou ultrapassagem dos limites de endividamento, conforme estabelecido na lei fiscal.
50. De acordo com os princípios orçamentários, o Poder Executivo pode realizar ajustes na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na execução da Lei Orçamentária Anual sem submeter tais mudanças à aprovação da Câmara Municipal, desde que sejam considerados de natureza técnica e não tenham impactos significativos nas metas fiscais estabelecidas. Dessa forma, o Executivo tem autonomia para fazer correções nos programas, ações e operações especiais por meio de decretos, desde que sejam de igual valor e finalidade, sem necessidade de aprovação legislativa.

51. Na complexa teia orçamentária dos municípios brasileiros, pode-se afirmar que as receitas provenientes de fontes próprias e as transferências intergovernamentais são plenamente capazes de suprir todas as demandas financeiras e investimentos necessários para garantir a implementação efetiva dos planos e ações governamentais locais.
52. O proponente do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, seja pessoa física ou jurídica, em processos licitatórios que envolvam obras, serviços ou fornecimento de bens a eles relacionados, está vedado de concorrer à licitação ou participar da execução do contrato, de forma direta ou indireta.
53. Serão consideradas despesas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) aquelas relacionadas à pesquisa, mesmo desvinculada diretamente às instituições de ensino, as subvenções para instituições assistenciais, esportivas ou culturais, além da formação de quadros especiais para a administração pública, incluindo militares e civis.
54. Para que um passivo exista na gestão fiscal de um município, é necessário que haja uma obrigação presente que a entidade não possa evitar, seja por imposição legal ou por outras circunstâncias.
55. Com relação ao ciclo orçamentário federal, após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o orçamento é programado com cronogramas de desembolso ajustados à arrecadação. Se não houver proposta de Lei Orçamentária, o Poder Legislativo considerará a vigente. Caso o projeto de lei orçamentária não seja aprovado, as unidades orçamentárias podem usar o duodécimo da Lei de Diretrizes Orçamentárias para manter a execução orçamentária.
56. A transferência de ativos deve ser reconhecida como ativo pela entidade quando os recursos transferidos atendem aos critérios para serem considerados um ativo, sendo a entidade obrigada a reconhecer os serviços recebidos em espécie como receita e como ativo.
57. Os recursos recebidos pelas Câmaras Municipais são repasses financeiros, sendo considerados descentralização orçamentária, pois possuem dotações próprias na Lei Orçamentária Anual, sendo a transferência de recursos do órgão central para unidades gestoras para pagar despesas, por meio da cota, que é a primeira etapa desse processo, com a transferência de recursos do órgão central para os órgãos setoriais.
58. A produção do Demonstrativo das Receitas e Despesas com MDE pelos entes federativos consorciados deve abranger a gestão orçamentária e financeira do consórcio público em relação aos recursos repassados de acordo com o contrato de rateio. Para evitar redundâncias no relatório, as despesas realizadas pelos entes federativos consorciados não devem ser contabilizadas sob a categoria de transferências a consórcios públicos devido a contratos de rateio.
59. A prática de ato de improbidade administrativa pode ser exemplificada em uma situação na qual um servidor público se beneficia indevidamente durante seu cargo, ou aceita emprego ou consultoria de partes interessadas em suas decisões como agente público.
60. Com relação aos critérios de mensuração de estoques que constam nas Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público, o custo dos estoques de itens que não são normalmente intercambiáveis e de bens ou serviços produzidos e segregados para projetos específicos deve ser atribuído por meio da identificação específica dos seus custos individuais.
61. Ao elaborar proposição de legislação orçamentária, é necessário assegurar a aplicação do princípio da publicidade ou clareza, o qual requer que as dotações orçamentárias não sejam genéricas, mas detalhadas para atender despesas específicas. Tanto as receitas quanto as despesas devem ser discriminadas, indicando a origem dos recursos e sua aplicação em nível detalhado. Essa prática promove a transparência e a clareza nas informações orçamentárias.
62. Na Câmara Municipal, a discussão e aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que é essencial para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), deverá transcorrer sob os princípios da transparência e do envolvimento da sociedade por meio de audiências públicas, em conformidade com o parágrafo único do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A aprovação pela Câmara deve ser realizada dentro dos prazos estabelecidos pelas Leis Orgânicas Municipais.
63. As transferências para organizações sociais ou entidades privadas sem fins lucrativos responsáveis pela gestão de recursos e execução de serviços públicos devem ser classificadas como despesa no elemento de despesa 85 - Contrato de Gestão. Nesse caso, é uma modalidade de transferência atípica, pois os termos do contrato de gestão podem não estar alinhados com a responsabilidade ou propriedade dos bens ou serviços gerados, sendo uma aplicação sui generis.
64. A Constituição de 1988, em seu art. 37, estabelece o princípio da impessoalidade para os atos da Administração Pública. Considerando que a Constituição busca promover um Estado Democrático de Direito, onde a gestão patrimonialista de bens e recursos públicos é incentivada, a menção explícita do princípio da impessoalidade é relativa, dado ser inerente à administração de recursos públicos o dever de prestar contas e informações, sendo uma obrigação da Administração Pública e um direito da sociedade.
65. Na preparação da proposta orçamentária anual, é relativa a necessidade de realizar o levantamento e diagnóstico dos problemas, necessidades e potencialidades dos diversos setores do município, assim como a participação de uma equipe multi-profissional e setorial, sendo possível a apresentação de projeções com base no resultado do processo anterior. Além disso, a proposta orçamentária tem a possibilidade de cumprir os princípios da unidade, universalidade e anualidade estabelecidos pela legislação.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens a seguir.

66. O pagamento dos empenhos inscritos em restos a pagar ocorre no ano seguinte ao da inscrição, devendo envolver dois elementos patrimoniais – dinheiro e obrigações a pagar – representados pelas contas bancos e restos a pagar, pois no ano da inscrição, caso não tenha sido registrada a despesa, tal procedimento afetará o patrimônio líquido naquele momento, bastando contabilizar simplesmente o movimento de saída de dinheiro e a conseqüente sublimação do valor dos restos a pagar.
67. Com relação à contabilidade patrimonial e industrial, as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal orientam a manutenção de registros resumidos de todos os ativos permanentes, com informações para identificação e responsáveis pela gestão, sendo que os registros pormenorizados deverão ser mantidos para ativos móveis e imóveis, baseados em inventários detalhados e dados sumarizados na contabilidade.
68. Nas instruções de processos administrativos, quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias, conforme especifica a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
69. Quanto à instrução do processo licitatório, a Administração poderá convocar uma audiência pública com antecedência mínima de 15 dias corridos para discutir uma licitação, fornecendo informações relevantes e permitindo manifestações dos interessados, ou uma consulta pública disponibilizada no mesmo período, onde os interessados podem fazer sugestões dentro do prazo estabelecido.
70. O orçamento estimado da contratação pode ser mantido em sigilo, desde que devidamente justificado, contemplada a divulgação dos quantitativos detalhados e outras informações essenciais para a elaboração das propostas, não se aplicando o sigilo exclusivamente aos órgãos de controle interno.
71. O Windows Explorer (Explorador de Janelas) é o Gerenciador de Pastas e Arquivos do sistema Windows, utilizado para todas as atividades de manipulação de pastas e arquivos, permitindo copiar, excluir e mover esses itens. Através dele, é possível gerenciar e manter as informações armazenadas no HD, PenDrive, DVD, CD, entre outros dispositivos de armazenamento. Para acessar o Windows Explorer, clique no botão "Iniciar", selecione a opção "Todos os Programas", depois "Acessórios" e, em seguida, "Windows Explorer". A visualização dos painéis do Windows Explorer pode ser feita de diversas formas, com os ícones das pastas variando de acordo com a situação dos arquivos nelas contidos. Para alterar o layout de exibição das pastas e dos arquivos, clique no botão "Altere o Modo de Exibição" ou na setinha "Mais Opções" e escolha entre os modos disponíveis.
72. A ética da virtude, desenvolvida por alguns filósofos, como Aristóteles, foca no desenvolvimento do caráter moral e das virtudes pessoais como meio para alcançar a excelência moral e a felicidade. Aristóteles defende que a virtude está no meio-termo entre dois extremos de vícios, como a coragem entre a covardia e a temeridade.
73. Uma das principais distinções entre um vírus e um worm está em sua forma de manifestação dentro do sistema. Um vírus não requer intervenção do usuário para sua ativação. Enquanto um worm tem a capacidade de se replicar e propagar automaticamente sem qualquer interação humana. Isso possibilita sua rápida disseminação, frequentemente em uma rede local, e pode resultar em uma taxa de propagação exponencial.
74. Conhecendo os princípios da ética e da moral no trabalho coletivo e no meio social em que o indivíduo está inserido, podemos dizer que mediante ação popular, os cidadãos podem proteger a moralidade como princípio atinente à administração pública.
75. De acordo com os princípios da ética no serviço público e dos direitos e deveres dos cidadãos, podemos dizer que a vida funcional e a vida privada do servidor público, embora estejam conectadas entre si, representam esferas próprias de condutas, não podendo o servidor ser privado de ligar seu nome a empreendimentos, ainda que eles ostentem caráter duvidoso.
76. A moral é sistemática e particular a partir de um conjunto de regras, valores, proibições e tabus que provêm de fora do ser humano, ou seja, que são cultivados ou impostos pela política, costumes sociais, religiões ou ideologias.
77. Dentre as muitas conquistas adquiridas ao longo da história dos trabalhadores e das instituições de trabalho, devemos destacar o caráter posicional da greve. No que diz respeito ao servidor público, o exercício do direito de greve é legítimo, devendo, entretanto, ser observadas, nessas situações, as exigências específicas na defesa da vida e da segurança coletiva.

78. As Planilhas Google, também conhecidas como Google Sheets, são uma aplicação baseada em nuvem que possibilita criar, editar e compartilhar planilhas online. Elas representam uma alternativa eficiente às tradicionais planilhas de desktop, como o Excel da Microsoft. Sendo gerenciadas e armazenadas na nuvem, as Planilhas Google podem ser acessadas através do Google Drive. Ao utilizar as planilhas do Google, é possível rastrear todas as modificações feitas pelos colaboradores ao longo do tempo e identificar quem realizou cada alteração. Além disso, há a opção de recuperar versões anteriores, o que pode ser útil se um usuário inserir informações incorretas na versão atual.
79. Para entender as diferenças entre um vírus e um worm de computador, é fundamental compreender que ambos pertencem a uma categoria mais ampla de softwares maliciosos, conhecidos como malware. Malware é o termo geral utilizado para todos os códigos e aplicativos desenvolvidos com a intenção de prejudicar dispositivos ou os usuários que os utilizam. Essa categoria abrangente inclui spyware, adware, ransomware e outros tipos de software malicioso. Embora vírus e worms sejam dois tipos distintos de malware, ambos têm a capacidade de se espalhar rapidamente.
80. O sujeito moral ou ético apresenta a condição de ser responsável, isto é, de capacidade para controlar e orientar desejos, impulsos, tendências, sentimentos (para que estejam em conformidade com a consciência) e de capacidade para deliberar e decidir entre as diversas alternativas possíveis.
81. A escolha do repositório de backup é crucial para assegurar a segurança, a disponibilidade e a recuperação dos dados armazenados. Existem diversas opções de repositórios de backup, e a escolha ideal depende das necessidades específicas da empresa e dos recursos disponíveis. Para aumentar a proteção e a disponibilidade dos backups, recomenda-se adotar um tipo de repositório.
82. O Google Drive oferece a vantagem de permitir a criação de documentos de texto de forma colaborativa, através do Google Docs. Vários usuários podem acessar o mesmo documento online e contribuir com suas edições. Por isso, o recurso de histórico de edições identifica os usuários que realizaram alterações e quando elas foram feitas. Para acessar o histórico de versões, basta abrir o menu "Arquivo", selecionar "Histórico de versões" e escolher "Ver histórico de versões". É possível restaurar uma versão anterior clicando na edição correspondente.
83. A avaliação da responsabilidade social de uma organização envolve seu relacionamento com o mundo externo; ética é um termo mais genérico, que envolve tanto os relacionamentos internos quanto os externos, e pode ser definida como o estudo do modo pelo qual nossas decisões afetam as outras pessoas. Podemos dizer que tais características definem o sistema ético chamado de universalismo.
84. O exercício da função pública não se integra na vida particular do servidor público, de modo que os atos verificados na conduta cotidiana no âmbito da vida privada não podem ser utilizados para desfavorecer o conceito do servidor na sua vida funcional.
85. O Windows 10 oferece diversas funcionalidades para manter o computador seguro, eliminando a necessidade de instalar programas de terceiros. Com essas funcionalidades, o usuário pode se proteger contra vírus e outras ameaças, gerenciar o acesso infantil e impedir que pessoas não autorizadas mexam no dispositivo. O princípio dessas funções é criar um ambiente seguro dentro da memória do sistema, dificultando o acesso de vírus. Nesse ambiente protegido, processos críticos do Windows ficam mais resguardados contra ameaças externas. Para utilizar essa função, basta clicar no menu "Segurança do Windows" e seguir o caminho: Segurança do dispositivo > Isolamento do núcleo > Detalhes do isolamento do núcleo. Em seguida, ative a opção "Integridade da memória" usando o botão deslizante.
86. O Windows é uma série de sistemas operacionais multitarefa desenvolvida pela Microsoft. É de código aberto e livre, permitindo que qualquer fabricante possa utilizá-lo em suas máquinas, proporcionando flexibilidade de uso.
87. A moralidade consiste em princípios que norteiam as ações e as colocações dos indivíduos nas mais diversas circunstâncias que podem estar inseridos. Nesse sentido, podemos dizer que a ética e a moralidade na função pública envolve o compromisso dos servidores com a transparência, a honestidade e a prestação de contas no exercício de suas atividades.
88. As Planilhas Google, também conhecidas como Google Sheets, são uma aplicação baseada em nuvem que permite criar, editar e compartilhar planilhas online, oferecendo uma alternativa inteligente às tradicionais planilhas de desktop, como o Excel da Microsoft. Para realizar uma adição no Google Sheets, é necessário selecionar a célula onde você deseja que o resultado da soma apareça e digitar o sinal de adição (+) para iniciar a fórmula. Em seguida, digite (ou selecione) as células que você deseja somar.
89. Uma das formas mais básicas e eficazes de prevenção contra malwares consiste na instalação de antivírus – que, na maioria dos casos, detecta vírus, worms e trojans – e antispyswares. No entanto, essa ação terá maior eficácia quando acompanhada pela constante atualização tanto dos softwares de segurança quanto do sistema operacional e seus programas. Dessa forma, o ambiente contará com as soluções mais recentes para sanar eventuais brechas. Outro ponto a ser observado diz respeito às mensagens de e-mail e à navegação por sites duvidosos. Ao pairar o mouse sobre links, o usuário pode notar uma referência para arquivos do tipo zip, exe, ou até mesmo para páginas web que possam conter possíveis armadilhas. Portanto, além de possuir um bom antivírus e um antispysware instalados, é essencial analisar com bastante cautela esses tipos de mensagens e sites.

90. As planilhas do Google (Google Sheets) são ferramentas que capacitam os usuários a criar, editar e compartilhar planilhas online por meio do Google Drive, acessíveis tanto por computadores quanto por dispositivos móveis Android e iOS. Esse aplicativo proporciona às empresas de diversos segmentos e portes a capacidade de gerenciar e armazenar dados na nuvem, simplificando a troca de informações entre colaboradores e clientes. Sua versão gratuita oferece uma capacidade de armazenamento de 100 GB, permite a criação de macros personalizadas para automatizar tarefas e integração com o BigQuery, além de disponibilizar recursos avançados de colaboração, como a restrição de acesso a células específicas e o acompanhamento das edições dos colaboradores.
91. Na filosofia, ética e moral são frequentemente usadas como sinônimos, mas alguns filósofos fazem distinções entre esses termos. A ética é frequentemente vista como um campo teórico que investiga os princípios e valores que guiam o comportamento humano, enquanto a moral refere-se às normas e regras de conduta que orientam as ações individuais e coletivas.
92. Um ponto que deve ser levado em consideração com relação ao trabalho do servidor público diz respeito às faltas ao trabalho. A ausência injustificada do servidor no local de trabalho, apesar de indesejável, não será tida como fato de desmoralização do serviço público, exceto se implicar decréscimo de produtividade.
93. Os cookies são pequenos arquivos de texto que informam ao navegador que você já visitou determinado site. Além de "lembrar" das páginas acessadas, os cookies podem armazenar outras informações sobre sua navegação na web, o vídeo que foi assistido, o tempo que se passou em uma página, sua preferência de idioma ou suas pesquisas em um site. Em resumo, todas as suas atividades de navegação geram dados que podem ser salvos em cookies. Essa tecnologia é segura para os usuários, não possuindo margem para distribuição de malwares, devido a lei LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).
94. O processo para mover uma pasta ou arquivo é muito semelhante à ação de copiar. Para isso, selecione o ícone desejado, acesse o menu "Editar", ou o botão "Organizar", e escolha a opção "Recortar". Em seguida, selecione o local onde deseja colocar a pasta ou o arquivo, acesse novamente o menu "Editar" e escolha a opção "Colar". Outra forma é clicar com o botão direito do mouse sobre o ícone desejado, escolher o comando "Recortar" no menu exibido, selecionar o local onde deseja colocar a pasta ou o arquivo, clicar com o botão direito do mouse novamente, e escolher o comando "Colar" no menu exibido.
95. Os worms têm a capacidade de se disseminar utilizando arquivos ou programas para infectar o seu computador. Após infiltrar o sistema, o worm permanece inativo até que o usuário o execute ou realize uma ação específica para ativá-lo, como ativar macros em um arquivo DOC infectado. Quando ativado, o worm injeta seu código em outros programas no dispositivo afetado para facilitar sua reprodução, corromper arquivos, prejudicar o desempenho dos dispositivos e se propagar para outras máquinas.
96. Uma concepção ética individualista e utilitarista contribui para a solução de dilemas das relações culturais, devendo ser adotada pelos governantes como diretriz no contexto democrático.
97. O trabalho nas Comissões de Ética é considerado relevante e, portanto, enseja remuneração adicional pelo tempo dedicado, devendo ser registrado nos assentamentos funcionais do servidor, além de ter prioridade sobre as atribuições próprias dos cargos dos seus membros, quando eles atuarem com exclusividade na Comissão.
98. De acordo com os estudos filosóficos, podemos dizer que a Ética corresponde a um determinado conjunto de valores que guia o indivíduo inserido em sociedade e leva em conta o aspecto cultural da coletividade. Na vida profissional, diz respeito às diretrizes adotadas pelo respectivo campo de ação. Nesse contexto, o servidor, quando no exercício da função pública, pode compreender em separado sua vida particular daquela relacionada à sua atuação.
99. Ao planejar a política e os procedimentos de backup, é essencial compreender e selecionar os tipos de backup mais adequados às necessidades da empresa. Cada tipo possui suas vantagens e desvantagens, e a combinação de diferentes tipos pode otimizar o processo de backup e recuperação de dados. Os principais tipos de backup são completo, diferencial e reduzido.
100. Um ponto importante que deve ser levado em consideração quando falamos em cidadania e ética é a lembrança de que a moralidade na administração pública está circunscrita à dicotomia entre bem e mal, devendo ser guiada pela realização exclusiva dos interesses do Estado.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO